



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO

CAMPUS SÃO VICENTE

Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá - MT

Fone 65 3341-2110

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XX/201X

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO E A EMPRESA (XXX nome XXX).

Aos XX dias do mês de XXXXX do ano de 201X, o Instituto Federal do Mato grosso – Campus São Vicente, CNPJ Nº 10.784.782/0005-84, por meio de sua Diretora Geral, designada pela Portaria nº 861-II de 19/04/2017, publicada no DOU dia 20.04.201 e a firma XXXXXXXX, CNPJ/MF nº. XXXXXXXX, estabelecida no XXXXXXXX, em XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) XXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXX, CPF nº. XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, celebram o presente Contrato, decorrente do processo Nº **23197.000965.2019-66** do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global realizada nos termos da Lei nº 12.462/2011, Lei no. 13.77/2018, Lei Complementar 123/06, Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (L8078 - CDC), Decreto 9.450/2018, Decreto nº 8.538 de 2015, Decreto no 7.581/2011, alterado pelo Decreto 8.251/2014, Decreto no 7.983/13, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05 de 07/11/2013 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19/01/2010, e subordinada as condições e exigências estabelecidas no **Edital RDC Eletrônico Nº. 01/2019 – UASG 158335** e seus Anexos e sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Execução da obra de **Construção da Passarela do IFMT São Vicente - Centro de Referência de Campo Verde**, conforme documentações técnicas e demais especificações dos projetos executivos e demais anexos do Edital do RDC nº 01/2019.

1.2. Os serviços serão executados por empresa que atue no ramo de Construção Civil e possua Responsável Técnico em seu quadro efetivo de funcionário, ou contratado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e possua formação em Engenharia Civil.

1.3. Os serviços a serem executados, deverão ser considerados no planejamento e no orçamento da obra a serem apresentados nesta licitação, estão descritos no Memorial Descritivo, Planilhas, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, através de plantas, especificações e Normas Brasileiras, os quais definem o escopo, a qualidade requerida para o serviço, bem como os padrões de execução. Todos os documentos e projetos anexados ao processo licitatório estarão disponíveis em versão PDF para consulta no link <http://svc.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/licitacoes-e-contratos-2/> e

www.comprasgovernamentais.gov.br. As versões digitais dos Projetos, em suas extensões específicas, estão disponíveis no IFMT – Campus São Vicente situado à Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT.

1.4. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as descrições constantes nos projetos, observando o padrão de qualidade requerido.

1.5. Além de obedecer, as especificações aqui contidas, a execução dos serviços deverá seguir, sempre que cabível, as seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- I. menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V. maior vida útil e menor custo de manutenção da Obra;
- VI. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII. origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor do presente Contrato é de R\$ XXXX (XXXX ESCRITO POR EXTENSO), de acordo com os valores especificados na Proposta e Cronograma Físico-Financeiro.

2.2. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços a que alude este Contrato, correrão à conta dos recursos consignados no Programa de Trabalho XXXXXXX, Fonte de Recursos XXXX, Elemento de Despesa XXXXXXX, Nota de Empenho Nº xxxxxxxx ____de ____/____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 A vigência do Contrato será de **90(noventa) dias corridos**, tendo o início em ____/____/20XX e término em ____/____/20XX, admitida a prorrogação nos termos da lei nº. 8.666/93, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos.

3.2 Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

3.2.1 O **prazo de execução é de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do 10º (décimo) dia da data estabelecida na ordem de serviço da CONTRATANTE.

3.2.2 O prazo de emissão do Termo de Recebimento **Provisório** é de **15 (quinze) dias corridos**, contado a partir da comunicação escrita da CONTRATADA informando que a obra foi concluída, após verificar o atendimento das condições contratuais, assinado pelas partes, e desde que não haja pendência a solucionar.

3.2.3 O prazo de emissão do Termo de Recebimento **Definitivo** é de **30 (trinta) dias corridos**, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a realização de inspeção, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais e desde que não haja pendência a solucionar.

3.3 A execução das obras observará os prazos e as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante deste Instrumento.

3.4 A eventual reprovação das obras e serviços em qualquer fase de execução, não implicará em alterações de prazo, nem eximirá a contratada das penalidades contratuais.

3.5 Os pedidos de prorrogação solicitados pela contratada deverão se fazer acompanhar de relatório circunstanciado e de novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela **fiscalização** do Contratante.

3.6 Os pedidos de prorrogação de prazo deverão ser dirigidos pela Contratada ao Contratante, até **30 (trinta) dias corridos** antes da data de término do prazo de execução da obra.

3.7 O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

3.8 O Contratante toma posse do objeto do Contrato dentro de **3 (três) dias** da data da formalização do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia no valor de R\$ XXXXX Contrato, na modalidade de XXXXXXXX, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato.

4.2 A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA ou de preposto seu, pela inexecução completa ou parcial do objeto, ou ainda para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões, **inclusive indenizações a terceiros, multas e obrigações trabalhistas que venham a ser aplicadas.**

4.3 A autorização contida na Subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, depois de esgotado o prazo recursal.

4.4 A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.

4.5 A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.6 Caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o caput desta cláusula.

4.7 A CONTRATADA perderá a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, quando:

- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato;
- b) Quando do não recebimento provisório e/ou definitivo e/ou não aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado.

4.8 A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após o término da vigência contratual, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços objeto deste contrato; e do processamento de qualquer procedimento administrativo, ou judicial, para aplicação de penalidade, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. O objeto desta licitação terá acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, devidamente nomeado, com atribuições específicas, a quem compete também verificar se há o registro no Diário de Obras das ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, identificando as irregularidades e solicitando a regularização das mesmas, submetendo à Autoridade Competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

5.2. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas contratuais.

5.4. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

5.5. “Ao autor, autores ou coautores do projeto é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra respectiva de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, de modo que, a seu

término, possam ser emitidas declarações de que a mesma foi realizada de acordo com o projeto ou com as alterações aprovadas pelas partes interessadas” (Art. 1º, Res. nº 221 – CONFEA).;

5.6. A fiscalização da obra será exercida pela CONTRATANTE, através de Comissão nomeada pela Autoridade Competente do IFMT – Campus São Vicente, cabendo à CONTRATADA manter no escritório localizado no recinto da obra, o livro “Diário de Obras”, ao qual deverão fazer constar, entre outros, os seguintes registros:

a) Pela CONTRATADA:

5.6.1.1. Condições do canteiro (meteorológica);

5.6.1.2. Recursos humanos efetivos e terceirizados;

5.6.1.3. Recursos materiais efetivos e terceirizados;

5.6.1.4. Entrada de materiais e equipamentos e sua aprovação ou não por parte da fiscalização caso esteja sendo adotado material equivalente ou similar ao especificado (inclusive a justificativa para sua adoção);

5.6.1.5. Serviços iniciados, executados, em execução e os concluídos no dia;

5.6.1.6. Atrasos verificados e os eventos que lhe deram causa;

5.6.1.7. Dúvidas encaminhadas à fiscalização e as soluções propostas pela mesma;

5.6.1.8. Também se fará constar todas as observações que, tanto CONTRATADA como CONTRATANTE julgarem necessárias.

b) Pela Fiscalização:

5.6.2.1. Verificação da veracidade dos registros previstos nos subitens "5.6.1.1" e "5.6.1.2" do subitem anterior desta cláusula;

5.6.2.2. Apreciação sobre o andamento da obra e sua conformidade aos projetos, especificações e prazos integrantes deste Contrato;

5.6.2.3. Observações que julgue necessárias fazer a propósito de anotações consignadas pela CONTRATADA no “Diário de Obras”;

5.6.2.4. Respostas às consultas formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea à autoridade superior;

5.6.2.5. Restrições a respeito do andamento da obra ou da atuação da CONTRATADA, de seus empregados e prepostos;

5.6.2.6. Determinação de providências para o cumprimento dos projetos e especificações;

5.6.2.7. Outros fatos ou observações, cujo registro julgue necessários ou convenientes ao trabalho da Fiscalização;

5.7. A CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

5.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

5.8.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

5.8.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

5.8.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

5.8.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

5.8.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato;

5.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

5.10. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA,

sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.12. Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, sendo que até que a contratada comprove o disposto, a CONTRATANTE deverá reter a garantia prestada, conforme artigo 65 da IN 05 de 26 de maio de 2017 da SLTI/MPOG.

5.13. A Fiscalização terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da CONTRATADA.

5.14. A Fiscalização não permitirá que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

5.15. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o serviço, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

5.15.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

5.15.2. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

5.15.3. Deverá ser observada pela fiscalização o disposto no Anexo VIII-A e VIII-B da IN 05 de 26 de maio de 2017 da SLTI/MPOG, bem como o disposto na IN 06 de 06 de julho de 2018 do MPOG.

5.16. A Fiscalização solicitará, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

5.16.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

5.16.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

5.16.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

5.16.4. Aos depósitos do FGTS; e

5.16.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

5.17. A contratante poderá solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos.

5.17.1. A fiscalização por amostragem tem por objetivo permitir que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação.

5.17.2. O disposto no subitem acima não impede que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado.

5.18. Em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Fiscalização oficiará os órgãos responsáveis pela fiscalização.

5.19. À Fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e que de tudo dará ciência à CONTRATADA, conforme a Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.2. Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços.

6.3. Fiscalizar a execução dos serviços através de um representante da CONTRATANTE, devidamente nomeado, com atribuições específicas, a quem compete também verificar se há o registro no Diário de Obras das ocorrências relacionadas com a execução do Contrato,

identificando as irregularidades e solicitando a regularização das mesmas, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, submetendo à Autoridade Competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes. A Fiscalização da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades assumidas.

6.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

6.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação.

6.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

6.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

6.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

6.10. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

6.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

6.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

6.11.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

6.11.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

6.11.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

6.11.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

6.12. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.13. Impedir que terceiros, sem autorização, executem o objeto desta licitação;

6.14. Deverá ser observada pela fiscalização o disposto no Anexo VIII-A e VIII-B da IN 05 de 26 de maio de 2017 da SLTI/MPOG, bem como o disposto na IN 06 de 06 de julho de 2018 do MPOG.

6.15. Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços.

6.16. Prestar informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

6.17. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

6.18. Empenhar os recursos necessários para cobrir as despesas com os serviços e obras, bem como efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, no prazo previsto no Edital e seus Anexos, abatidas às multas, se houver;

6.19. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações do edital.

6.20. Liberar os acessos necessários na obra para a movimentação dos funcionários e equipamentos da CONTRATADA;

6.21. Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010 e suas alterações, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.

7.2. Cumprir fielmente o presente Contrato de modo que, no prazo estabelecido, a obra seja entregue, em perfeita condição de uso e funcionamento.

7.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.5. A CONTRATADA deve fornecer e manter atualizados os seguintes meios de comunicação para tratar das questões contratuais: telefone fixo, telefone celular, endereço físico para recebimento de correspondências e endereço de correio eletrônico.

7.5.1. O correio eletrônico (e-mail) será o canal prioritário de comunicação para tratar das questões contratuais, devendo ser acessado todos os dias pela CONTRATADA.

7.6. Os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE devem ser emitidos pela CONTRATADA formalmente, por escrito e no prazo máximo de 48 horas contado a partir do recebimento da notificação emitida pela Comissão de Fiscalização.

7.6.1. As notificações emitidas pela Comissão de Fiscalização serão encaminhadas prioritariamente para o endereço de correio eletrônico.

7.7. Executar os serviços sob a supervisão de profissional de nível superior, registrado no CREA com habilitação para execução de obras civis, como Responsável Técnico pela obra objeto deste Contrato, o qual será considerado preposto da mesma.

7.8. Observar, na execução das obras e dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.9. Instalar e dotar canteiro de obras com toda a infraestrutura exigida e demais determinações em estrita obediência à Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho – NR-18 que trata das “Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, sendo que a observância do estabelecido na referida NR não desobriga a Contratada do cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

7.10. Seguir o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, observando o cronograma de execução física e de desembolso. Tal cronograma tem por objetivo nortear sobre as etapas de execução dos serviços, bem como a forma de desembolso financeiro, devendo, portanto, ser atentamente observado, pois não serão admitidas variações injustificadas que caracterizem prejuízo à Administração ou atraso da obra.

7.11. Seguir, sempre que cabível, as diretrizes de sustentabilidades elencadas neste Projeto Básico.

7.12. Apresentar até o quinto dia útil de cada mês Nota Fiscal e Planilha de medição dos serviços executados de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, bem como toda a documentação que comprove a regularidade da empresa perante os órgãos de fiscalização.

7.13. Manter quadro de pessoal suficiente, para atendimento dos serviços previstos neste PROJETO BÁSICO, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IFMT Campus São Vicente.

a) Apresentar o quadro de funcionários que estará envolvido diretamente na execução da obra, manter atualizado e comunicar por escrito à fiscalização sempre que houver

qualquer alteração.

b) Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

7.14. Dar integral cumprimento ao Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, bem como sua proposta, o Edital e respectivos Anexos, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

7.15. Manter no canteiro de obras Cronograma Físico-Financeiro atualizado, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos, Projetos, Diário de Obras e cópias do Contrato e das medições.

7.16. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

7.18. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.21. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.22. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

7.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.25. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

7.27. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.28. Providenciar junto aos órgãos de fiscalização e controle a emissão, e renovação quando preciso, de toda documentação necessária para o início e no término da obra, incluindo certidões, alvarás, licenças, dentre outras que se fizerem necessárias, em especial Alvará de Licença para Construção, Alvará de Habite-se, Alvará de Localização e Funcionamento e Certidão Detalhada.

7.29. Todos os encargos, inclusive taxas e multas, referentes a emissão e renovação da documentação referida no Item 7.28 correrá às expensas da Contratada.

7.30. Fornecer, quando necessário, as placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE.

7.31. Sinalizar os locais de realização dos serviços, de maneira a assegurar a segurança de transeuntes e veículos passantes no local e entornos.

7.32. Dispor passarelas e/ou outros meios para permitir a passagem, de forma segura, de pessoas durante a execução dos serviços.

7.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.34. Reparar todo e qualquer dano, decorrente da execução do objeto do presente Contrato, causado às instalações, já existentes no local, no decorrer dos serviços sem ônus para a CONTRATANTE.

7.35. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, da CONTRATANTE.

7.36. Pagar as multas, seguros, impostos, taxas, licenças, franquias, serviços, salários, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas diretas ou indiretas referentes à obra, inclusive registros e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à CONTRATANTE.

7.37. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do CONTRATO, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

7.38. Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

7.39. Responsabilizar-se pelas despesas com taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.39.1. Prestar garantia contratual nos termos do Artigo 56 da Lei 8666/1993.

7.40. Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovantes de pagamentos dos empregados e dos recolhimentos dos encargos sociais, trabalhistas e tributários.

7.41. Apresentar a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, comunicando qualquer alteração.

7.42. Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho da CONTRATANTE, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho, devendo ainda prover os EPI's necessários para a equipe de fiscalização e visitantes.

7.43. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados durante a execução dos serviços contratados, devendo ser observadas as posturas necessárias ao relacionamento cordial e educado para com o pessoal da CONTRATANTE e o representante por ela designado para supervisionar os trabalhos;

7.44. Fornecer aos seus empregados e prestadores de serviços crachás de identificação de uso obrigatório para acesso às dependências da CONTRATANTE e para a realização dos trabalhos; O crachá deverá conter o nome, o cargo e a foto do funcionário;

7.45. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato.

7.46. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, ainda que ocorridos em via pública.

7.47. Responsabilizar-se:

a) Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;

b) Por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

c) Pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;

d) Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;

e) Pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou repará-lo, desde que provenham de má execução dos

serviços ou má qualidade do material;

f) Pelo registro da Obra no CREA, sendo que uma cópia da ART correspondente deverá ser entregue à fiscalização antes do início da execução da obra. A obra também deve ser matriculada no INSS e uma cópia do comprovante deverá ser entregue à Fiscalização.

g) Pela entrega da obra com “Carta de Habite-se”, quando necessário, e com as instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, telefone, comunicação de dados e contra incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, e, quando for o caso, ligadas às redes públicas, com aprovação das concessionárias locais;

h) Pela correção, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização.

7.48. Responder pela integridade da obra em execução, até sua efetiva aceitação pela CONTRATANTE, se responsabilizando pela destruição ou danificação de quaisquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiro, caso fortuito, força maior, fogo ou qualquer tipo de catástrofe.

7.49. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato.

7.50. Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços descritos, devendo os materiais a serem empregados receberem prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade e quantidades especificadas;

7.51. Manter os locais de trabalho continuamente limpos, desobstruídos e sinalizados de forma a não causar transtornos à rotina administrativa da CONTRATANTE, devendo sempre retirar o entulho para locais externos ao às dependências IFMT Campus São Vicente, após execução dos serviços, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

7.52. Utilizar modernos equipamentos e ferramentas, necessários à boa execução de todos os serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, de acordo com as Normas vigentes, e especificações fornecidas;

7.53. Providenciar para que os materiais estejam a tempo no local da obra para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados no cronograma.

7.54. Manter na obra o número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos parciais e totais fixados no cronograma.

7.55. Cumprir os prazos previstos no PROJETO BÁSICO;

7.56. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos. A CONTRATADA deverá apresentar relação de materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos que derem entrada no local da obra, ficando a liberação dos mesmos, ao término dos trabalhos, sob a responsabilidade da Fiscalização.

7.57. Sempre que pretender aplicar material “similar” na execução das obras, submeter à CONTRATANTE, através da Fiscalização do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato.

7.58. Executar às suas custas, ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pelas normas ou pela fiscalização.

7.59. Substituir o material incorporado às obras, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários.

7.60. Não manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos à obra.

7.61. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigido, cópias dos documentos de quitação, devendo ainda assumir:

a) A responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos

na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão, sob hipótese alguma, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

b) A responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência e

d) A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

7.62. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

7.63. Executar os serviços que, não aceitos pela Fiscalização, devam ser refeitos.

7.64. Solucionar todos os problemas técnicos e/ou legais que surgirem durante a execução da obra.

7.65. Comunicar à Fiscalização qualquer erro, desvio ou omissão referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante deste Contrato.

7.66. Facilitar todas as atividades da Fiscalização, fornecendo as informações e demais elementos solicitados.

7.67. Permitir e facilitar, em seu canteiro de obras, o trabalho de terceiros autorizados pela CONTRATANTE.

7.68. Manter durante a execução dos serviços, livro diário (Diário de Obras) no canteiro de obras, onde se fará constar: condições do canteiro (meteorológica), recursos humanos efetivos, recursos materiais efetivos, entrada de materiais e equipamentos e sua aprovação ou não por parte da fiscalização caso esteja sendo adotado material equivalente ou similar ao especificado (inclusive a justificativa para sua adoção), serviços iniciados, executados, em execução e os concluídos no dia, atrasos verificados e os eventos que lhe deram causa, dúvidas encaminhadas à fiscalização e as soluções propostas pela mesma. Também se fará constar todas as observações que, tanto CONTRATADA como CONTRATANTE julgarem necessárias;

7.68.1. O Livro Diário deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa.

7.69. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE e da Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento da execução dos serviços para adoção imediata das medidas cabíveis.

7.70. Efetuar periodicamente ou quando solicitadas pela Fiscalização, atualização de cronogramas e previsão de desembolso de modo a manter a CONTRATANTE perfeitamente informada sobre o andamento dos serviços.

7.71. Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar a CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos.

7.72. Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações da fiscalização do IFMT Campus São Vicente;

7.73. Fornecer, na entrega da obra, os projetos atualizados com todas as alterações que porventura sejam efetuadas durante a sua execução - "AS BUILT"-, já devidamente registrados junto à Prefeitura, com indicações práticas sobre o seu uso e, se for o caso, limitações do prédio, instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, lógica, telefone, SPDA e de combate a pânico e incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

- 7.73.1.** Fornecer uma cópia “plotada” em papel e outra em meio digital com extensão “.dwg”. A entrega final dos projetos deve conter: a) Data da última atualização. b) assinatura dos responsáveis técnicos pela elaboração e pela fiscalização do projeto “As Built” (eng. da Construtora e representante da Fiscalização).
- 7.74.** Remover, sempre que necessário e ao término da obra, as instalações provisórias, lixos e entulhos, promovendo a entrega.
- 7.75.** Empregar mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço.
- 7.76.** Apresentar os registros da mão de obra empregada no presente Contrato, termos de rescisões, sempre que houver, pagamentos de férias e demais encargos, sempre que a CONTRATANTE assim o solicitar.
- 7.77.** Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;
- 7.78.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.79.** Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CONTRATADA ou a terceiros.
- 7.80.** Comprometer-se, em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 7.81.** Concordar com possíveis alterações futuras de adequações do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.82.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 30(trinta) dias que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.83.** Fornecer ao IFMT Campus São Vicente Termo de Garantia, com prazo mínimo de 05 anos para os serviços executados, em papel timbrado da Empresa, assinado pelo Diretor ou Sócio-Proprietário e o Responsável Técnico, que deverá correr a partir do recebimento definitivo de todos os serviços, aprovados pela fiscalização do IFMT Campus São Vicente.
- 7.83.1.** Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá refazer serviços e substituir materiais que apresentarem defeitos.
- 7.83.2.** Excetua-se da garantia os problemas causados por má utilização por parte da CONTRATANTE ou causados por terceiros.
- 7.84.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- a)** Contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;
 - b)** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
 - c)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
 - d)** A divulgação de informações a que tiver acesso em virtude da execução do objeto da presente contratação.
- 7.85.** Providenciar, a suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento das obras e serviços, a ART/RRT de execução da obra/serviço, a matrícula da obra (matrícula CEI) junto ao INSS, o “Alvará de Construção” bem como o fornecimento de placas exigidas pelos órgãos competentes, pela CONTRATANTE.
- 7.85.1.** A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) deverá ser referente à execução da obra deverá ser assinada pelo(s)

profissional(is) devidamente habilitado(s), pertencente(s) ao quadro de funcionários da empresa, o qual foi indicado para ser o Responsável Técnico da obra na fase de habilitação da licitação.

7.86. Solicitar à fiscalização, por escrito, autorização para eventual alteração do responsável técnico e, na sua ocorrência, enviar juntamente da comunicação a comprovação do registro do mesmo junto ao conselho competente, acompanhado dos atestados de capacidade técnica, CATs, e demais documentos referentes a qualificação técnica da proponente e responsável técnico.

7.87. Apresentar a CND do INSS referente a matrícula CEI da obra, como condição para pagamento da última parcela;

7.88. Apresentar o quadro de funcionários que estará envolvido diretamente na execução da obra, manter atualizado e comunicar por escrito à fiscalização sempre que houver qualquer alteração.

7.89. Fornecer ao IFMT – Campus São Vicente os meios de localização dos responsáveis pela empresa não só em dias e horários úteis, mas também em finais de semana e feriados.

7.90. Deverá ser mantida na portaria ou em local de fácil acesso próximo à entrada da obra, Livro ou Cartão Ponto, onde todos os funcionários da CONTRATADA ou de empresas diversas prestadoras de serviços que executarão serviços na obra deverão anotar seu nome, em letra legível e indicar o horário de entrada e saída da obra. Este documento deverá ser entregue à fiscalização juntamente das medições mensais;

7.91. Realizar as despesas com mão de obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, mensalmente, cópias das guias de recolhimento de INSS e FGTS, correspondente a competência anterior à prestação do serviço, dos empregados e do empregador; a GEFIP da competência anterior à prestação do serviço que será composta por: Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social; Comprovante de Declaração à Previdência; Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE; Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC (no caso de cessão de mão de obra); Relação de Tomadores/Obras – RET (no caso de cessão de mão de obra). Deve ser enviado também comprovante de controle do ponto e os contracheques acompanhados dos comprovantes de depósitos dos salários dos funcionários que trabalharão nessa obra.

7.92. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais quanto às exigências das leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao IFMT Campus São Vicente e a terceiros.

7.93. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia ou omissão;
- b) Ato ilícito seu, de seus empregados;
- c) Acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros na obra ou em decorrência dela;

7.94. Responsabilizar-se pela conservação dos serviços executados, inclusive no caso de erosão, cabendo-lhe ainda a guarda e manutenção da obra até o Recebimento Definitivo ou até a sua liberação deste encargo pelo IFMT Campus São Vicente.

7.95. Executar a obra, incluindo o fornecimento de materiais de primeira linha, de acordo com os padrões estabelecidos em projeto, e contratar por sua conta e risco, toda mão de obra, inclusive especializada, necessária à execução da obra;

7.96. Responsabilizar-se financeiramente e operacionalmente pela complementação de materiais e serviços insuficientemente aferidos na proposta apresentada na licitação;

Responsabilizar-se:

- a) Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
- b) Por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a

destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

c) Pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;

d) Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;

e) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

f) Pela correção dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização;

g) Retirar da obra, imediatamente após notificação qualquer empregado, tarefeiro, subordinado, seu ou de subempreiteiro e que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;

h) Não transferir qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos ou subempreiteiros.

7.97. Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do IFMT Campus São Vicente, sob pena de rescisão contratual.

7.98. Apresentar a ART/RRT de execução da obra/serviço, antes do início da obra.

7.99. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: **(a)** manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; **(b)** supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; **(c)** florestas plantadas; e **(d)** outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

7.100. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

7.100.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

7.100.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

7.100.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006 e suas alterações, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

7.100.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

7.101. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da

Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

7.102. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

7.103. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

7.104. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

7.104.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

7.104.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

7.104.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

7.105. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:

7.105.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

7.105.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução do

contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 Não será concedido reajuste, tendo em vista o prazo de execução inferior a 12 meses, todavia ocorrendo dilatação do prazo de execução por culpa exclusiva da Administração, poderá ser concedido reajuste com base no INCC (Índice Nacional da Construção Civil) acumulado dos últimos 12 (doze) meses a contar da data de início da execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 Para fins de pagamento, serão realizadas medições para aferir os valores correspondentes aos serviços executados e materiais utilizados, conforme descrito no cronograma físico-financeiro, sendo que a CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização, planilha contendo o detalhamento, indicando preços por serviço e o preço total para medição, observando os preços contratados.

9.2 Aprovada a medição, a empresa providenciará a emissão da nota fiscal.

9.2.1 É obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica para as emitidas nos modelos 1 e 1-A, para quaisquer que sejam as atividades, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

9.2.2 Anexo à nota fiscal, a contratada deverá enviar cópias das guias de recolhimento de INSS e FGTS, correspondente a competência anterior à prestação do serviço; a GEFIP da competência anterior à prestação do serviço que será composta por: Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social; Comprovante de Declaração à Previdência; Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP – RE; Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC (no caso de cessão de mão de obra); Relação de Tomadores/Obras – RET (no caso de cessão de mão de obra). Além desses, deve ser enviado comprovante de controle do ponto e os contracheques acompanhados dos comprovantes de depósitos dos salários dos funcionários que trabalharão nessa obra. Tais documentos devem ser enviados também de empresas diversas prestadoras de serviços que executarem serviços na obra;

9.3 O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico-financeiro e a medição aprovada pela fiscalização.

9.4 O pagamento da parcela do valor do Contrato ficará condicionado à apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

- a) Registro da obra no INSS; e
- b) Pagamento da ART/RRT do(s) responsável(is) técnico(s).
- c) Apresentação de Certidão Negativa de Débito – CND da obra, emitida pelo INSS, referente à matrícula da obra;
- d) Carta habite-se;
- e) Termo de recebimento definitivo;
- f) Documentos relacionados no **item 9.2.2** relativo à competência anterior e a do último mês da prestação de serviços.
- g) Entrega do “as built”, devidamente assinado pelo fiscal e pelo profissional legalmente habilitado responsável técnico das obras.

9.6 O prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura, discriminada, será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que os serviços forem atestados e da apresentação do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se for o caso, e dos encargos sociais.

9.7 Previamente à contratação e antes de cada pagamento será realizada consulta “on line” ao SICAF, nos termos do parágrafo 1º do art. 3º da IN 02/2010-SLTI/MPOG, visando apurar a regularidade da situação do fornecedor e também ao sítio www.tst.jus.br/certidao para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, até que o sistema SICAF esteja adaptado para disponibilizar a informação.

9.7.1. Caso seja constatada irregularidade da situação da contratada junto ao SICAF, o pagamento não será suspenso, mas a contratada será notificada (por escrito) para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos sob pena de rescisão do

contrato. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação e a critério do IFMT – Campus São Vicente.

9.8 O representante da CONTRATANTE deverá conferir os serviços nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro e atestar o pagamento a ser feito à CONTRATADA, por meio de documento específico.

9.9 O valor devido pelo serviço executado será determinado pelo representante da CONTRATANTE.

9.10 O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma Físico-Financeiro. Itens das obras para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, considerando-se-lhes cobertos por outros preços e tarifas.

9.11 Caso o representante da CONTRATANTE não concorde com as parcelas de desembolso apresentadas, poderá alterá-la, determinando o pagamento da quantia aprovada.

9.12 A CONTRATADA poderá recorrer da decisão do representante da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo IFMT Campus São Vicente, entre a data que deveria ter ocorrido o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = **0,00016438**, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.14 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em nota fiscal / fatura emitida posteriormente à ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 De acordo com o Art. 47 da Lei nº 12.462/2011, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

10.1.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da mesma Lei;

10.1.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

10.1.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.4 Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

10.1.5 Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

10.1.7 Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

10.2 A aplicação do impedimento de licitar implicará ainda o descredenciamento do licitante, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo no SICAF.

10.3 A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na tabela 2 abaixo, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna

possível, observando-se o contraditório, ampla defesa e verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

10.3.1 Advertência;

10.3.2 Multa;

10.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

10.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.4 Será aplicada sanção de advertência nas seguintes condições:

10.4.1 Atraso superior a 5 dias na execução do objeto, tendo como base o cronograma de execução físico-financeiro;

10.4.2 Descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos, e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

10.4.3 Será aplicada multa nas seguintes condições:

a) De até 20% (vinte por cento) sobre metade do valor total do contratado, caso haja a inexecução parcial do objeto;

b) De até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nos casos de inexecução total do objeto.

10.5 Será considerada inexecução parcial do objeto quando:

10.5.1 O CONTRATADO executar menos de 50% do previsto para cada etapa do cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO;

10.5.2 Houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

10.6 Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para o início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE.

10.7 Além das multas previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos na tabela.

10.7.1 Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		
Item	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1

3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	2
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	3
9	Utilizar as dependências do IFMT Campus São Vicente para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	6
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	1
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	1
18	Fornecer EPI aos seus empregados, quando exigido, e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	2
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia.	2
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinados pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
22	Indicar e manter, durante a execução do contrato, o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	4
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	5
24	Providenciar toda e qualquer documentação necessária para o início e término da obra, incluindo certidões, alvarás, licenças, dentre outras que se fizerem necessárias, em especial Alvará de Licença para Construção,	6

	Alvará de Habite-se, Alvará de Localização e Funcionamento e Certidão Detalhada.	
--	--	--

10.8 Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme a Tabela 3 abaixo.

10.8.1 A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

10.8.2 A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirão sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

10.8.3 O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s).

Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	Brando e eventual
2	0,30%	Mediano e eventual
		Brando e intermitente
3	0,50%	Grave e eventual Brando e constante
4	0,70%	Mediano e intermitente
5	0,90%	Grave e intermitente Mediano e constante
6	1,10%	Grave e constante

10.9 Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a)** Brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução dos serviços no mês;
- b)** Mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês;
- c)** Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês.

10.9.1 Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a)** Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b)** Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c)** Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

10.9.2 A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão.

10.9.3 A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

10.9.4 No primeiro mês em que ocorrer atraso, poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado conforme o cronograma físico-financeiro.

10.9.5 Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a

FISCALIZAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

10.9.6 A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

10.9.7 Poderá ser aplicada, ainda, multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na conclusão da obra, até o limite de 60 (sessenta) dias.

10.9.8 Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá ser configurada a inexecução parcial do objeto.

10.10 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

10.11 A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o IFMT Campus São Vicente, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada ao CONTRATADO, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.

10.12 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, entre outros casos, quando o CONTRATADO:

10.12.1 Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.12.2 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.12.3 Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFMT Campus São Vicente, em virtude de atos ilícitos praticados;

10.12.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do IFMT Campus São Vicente;

10.12.5 Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da IFMT Campus São Vicente após a assinatura do contrato;

10.12.6 Apresentar a IFMT Campus São Vicente qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

10.12.7 Incorrer em inexecução total do objeto.

10.12.8 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a IFMT Campus São Vicente e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa.

10.13 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

10.13.1 Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

10.13.2 Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.13.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa da União.

10.13.4 Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

10.14 Pelo descumprimento de obrigações contratuais (execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissões, falhas, dentre outros), será aplicada à contratada a penalidade, onde, havendo reincidência, será aplicada multa diária de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, computando-se os dias a partir da intimação para cumprimento da obrigação, incluindo este, até o dia de seu efetivo cumprimento.

10.15 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido de acordo com instruções fornecidas

pela contratante. Caso a empresa deixe de efetuar o recolhimento, o valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativamente da garantia prestada e/ou judicialmente.

10.16 Fica garantida a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

10.17 As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a CONTRATADA.

10.18 As penalidades serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente às obras realizadas, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

11.2 Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a)** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c)** A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
- d)** O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e)** A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f)** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g)** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h)** A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i)** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- k)** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l)** A supressão, por parte da Administração, dos materiais, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- m)** A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n)** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- o)** A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obras, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;

p) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

q) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

r) A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

s) A não observância das regras previstas no art. 5º do Decreto nº 9.450/2018 durante o período de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal de Cuiabá, Seção Judiciária do Mato Grosso, por força do disposto no Artigo 109, Inciso I, da Constituição Federal de 1988, com exclusão de qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

São Vicenta da Serra, XX de XXXXX de 20XX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

